

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 170, DE 2023

Reconhece a Guitarrada como
Manifestação da Cultura Nacional.

Autor: Deputado AIRTON FALEIRO

Relator: Deputado LUIZ COUTO

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Airton Faleiro, tem por escopo reconhecer a “Guitarrada” como manifestação da cultura nacional.

Em sua justificação, explica o autor:

Criada e consolidada por compositores e instrumentistas de grande talento e inventividade, como Mestre Vieira, Mestre Solano e Aldo Sena, a Guitarrada, ritmo musical de origem paraense, tem ganhado projeção crescente em todo o País.

Nascida na década de 1970 da mistura de diversas influências, como o carimbó, a jovem guarda e os ritmos caribenhos, a sonoridade se consolidou como uma marca da identidade paraense e uma importante manifestação da cultura nacional. O marco inicial do ritmo se deu em 1978, quando Mestre Vieira – talentoso compositor e virtuoso instrumentista – lançou o emblemático disco “Lambadas das Quebradas”. Com a guitarra como instrumento de destaque, Vieira criou a novidade que viria a conquistar os ouvintes de Belém e do interior.

A Guitarrada se espalhou pelo estado e passou a fazer parte da identidade cultural da população paraense. Mesmo tendo passado por um período de pouca projeção, quando nos anos 1990 as lambadas cantadas concentraram as atenções da



mídia, os temas instrumentais da Guitarrada permaneceram na memória e no coração dos paraenses.

Hoje, a Guitarrada e sua importância cultural são reconhecidas em leis municipais e em trabalhos acadêmicos. Em Barcarena, município natal de Mestre Vieira, sua data de nascimento foi legalmente declarada o Dia Municipal da Guitarrada.

Tocado e renovado por jovens músicos – como Félix Robatto, as multi-instrumentistas da Guitarrada das Manas e muitos outros –, o ritmo se faz presente nas celebrações paraenses e em shows por todo o Brasil.

A proposição está sujeita ao regime de tramitação ordinário e à apreciação conclusiva pelas comissões (art. 24, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD), tendo sido despachada à Comissão de Cultura, para análise de mérito, e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para exame da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

A Comissão de Cultura votou pela **aprovação** da matéria, nos termos do voto da Relatora, Deputada Dilvanda Faro.

O projeto seguiu para esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Encerrado o prazo regimental, não lhe foram oferecidas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 170, de 2023, vem a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para análise dos aspectos relativos à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Quanto à **constitucionalidade formal** das proposições, consideramos os aspectos relacionados à competência legislativa, à legitimidade da iniciativa parlamentar e ao meio adequado para veiculação da matéria.



A proposição em questão tem como objeto a proteção do patrimônio cultural, matéria de competência legislativa concorrente da União (art. 24, VII, da CF/88). É legítima a iniciativa parlamentar (art. 61, *caput*, da CF/88), haja vista não incidir, na espécie, reserva de iniciativa. Por fim, revela-se adequada a veiculação da matéria por meio de lei ordinária, visto não haver exigência constitucional de lei complementar ou outro veículo normativo para disciplina do assunto.

No que se refere à análise da **constitucionalidade material**, de igual modo, não se constata vícios. O projeto de lei está em consonância com os dispositivos da Carta Magna, em especial os artigos 215 e seguintes. Os referidos artigos estabelecem que o Estado deve apoiar e incentivar a valorização das manifestações culturais. Além disso, dispõem que constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, dentre outros.

A proposição cumpre, ainda, o requisito da **juridicidade**, uma vez que inova no ordenamento jurídico, é dotada do atributo da generalidade e respeita os princípios gerais do direito.

Por fim, no que tange à **técnica legislativa**, verificamos que o projeto está em conformidade com disposto na Lei Complementar nº 95, de 1998, que trata das normas de redação, elaboração, alteração e consolidação das leis.

Diante do exposto, votamos pela **constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 170, de 2023**.

Sala da Comissão, em 07 de maio de 2024.

Deputado LUIZ COUTO
Relator

